

Brochura da Lei de Assistência às Vítimas e Proteção aos Sobreviventes (VASPA)

O que é a Lei de Assistência à Vítima e Proteção ao Sobrevivente? (VASPA)

A partir de 1º de janeiro de 2024 a VASPA permite que vítimas obtenham uma ordem protetiva, mesmo que não tenham nenhuma relação com a pessoa que cometeu um ato ou tentou cometer um ato de:

- contato sexual criminoso, ou
- penetração sexual, ou
- lascívia, ou cometeu um ato de
- perseguição ou
- assédio cibernético.

A nova lei engloba **somente** os atos listados acima e assédio cibernético e/ou perseguição devem ter ocorrido **em ou após** 1º de janeiro de 2024.

O que é uma ordem protetiva?

Uma ordem protetiva é uma ordem judicial emitida pelo tribunal que visa proteger a vítima dos atos listados acima. As condições contidas em uma ordem protetiva baseiam-se nas circunstâncias de cada pessoa e variam de caso a caso.

Quem pode ajuizar uma ordem protetiva VASPA?

Qualquer pessoa acima de 18 anos que seja vítima de contato sexual criminoso, penetração sexual, lascívia, perseguição ou assédio cibernético, ou qualquer tentativa de tais condutas.

Um dos pais ou o tutor pode solicitar uma ordem protetiva para um menor de 18 anos ou para um adulto que não entenda o que está acontecendo devido a uma deficiência ou incapacidade mental.

E se o réu for menor de 18 anos?

Se o réu for menor de 18 anos, você poderia solicitar à autoridade policial que apresente uma queixa contra o menor. Entre em contato com o departamento de polícia onde o incidente ocorreu.

E se o réu for um dos pais ou tutor do menor ou do adulto incapacitado?

Se você estiver ajuizando um processo em nome de um menor e a pessoa que você está processando for um dos pais ou tutor do menor, você **não poderá** entrar com o processo sob a Lei de Assistência à Vítima e Proteção ao Sobrevivente. Você deve ligar para a

Divisão de Permanência e Proteção de Nova Jersey no telefone: 1-877 NJ ABUSE (1-877-652-2873); TTY/TDD 1-800-835-5510.

Como e onde a solicitação da VASPA pode ser ajuizada?

A solicitação pode ser apresentada eletronicamente pelo Sistema de Processo Judicial Eletrônico (JEDS) ou pessoalmente no tribunal onde o ato ou tentativa do ato ocorreu, onde o réu reside ou onde a vítima reside ou está abrigada.

Os formulários da VASPA estão disponíveis no site njcourts.gov ou no tribunal local.

A solicitação da VASPA pode ser ajuizada junto a autoridade policial local?

As solicitações da VASPA **não podem** ser dirigidas ao departamento de polícia. As solicitações só podem ser apresentadas a um tribunal durante o horário de expediente.

E se a solicitação da VASPA for enviada pelo sistema JEDS após o horário de expediente do tribunal?

Você poderá solicitar uma ordem protetiva VASPA pelo JEDS a qualquer momento, porém os funcionários da divisão de família darão andamento no horário de expediente do tribunal. Se você solicitar pelo JEDS após as 16h00, a solicitação será processada no próximo dia útil do tribunal.

O que acontece depois que a solicitação da VASPA é ajuizada no tribunal?

Solicitações ajuizadas pessoalmente:

- Os funcionários da divisão de família vão analisar a solicitação e falar com o autor, a pessoa que apresentou a solicitação, caso tenham alguma dúvida.
- Os funcionários da divisão de família vão processar a solicitação e agendar uma audiência prontamente.
- Na audiência o autor informará ao tribunal por que está solicitando uma ordem protetiva temporária (TPO).
- O juiz concederá ou negará a TPO.

Se a TPO for concedida, será agendada uma audiência dentro de 10 dias para o que é chamado de audiência de ordem protetiva final (FPO). O autor será intimado para a TPO pelos funcionários do tribunal, e o réu será intimado para a TPO pelas autoridades policiais.

Solicitações ajuizadas pelo JEDS:

- Os funcionários da divisão de família vão analisar e processar a solicitação e entrarão em contato com o autor por e-mail ou telefone para informar o horário da audiência.

- Na audiência o autor informará ao tribunal por que está solicitando uma ordem protetiva temporária (TPO).
- O juiz concederá ou negará a TPO.
- Se a TPO for concedida, será agendada uma audiência dentro de 10 dias para o que é chamado de audiência de ordem protetiva final (FPO). Os funcionários da divisão de família tomarão as providências para intimar o autor para a TPO e o réu será intimado para a TPO pelas autoridades policiais.

O réu foi intimado para a TPO. E agora?

A data da audiência da FPO estará na ordem judicial. O réu terá que comparecer à audiência. Se o réu deseja apelar da TPO, este deverá entrar em contato com a divisão de família no condado que emitiu a TPO para obter as instruções. O réu também pode entrar em contato com a divisão de família para dirimir quaisquer dúvidas.

O autor pode extinguir a TPO antes da audiência da FPO?

O autor pode solicitar a retirada da queixa e solicitar a extinção da TPO a qualquer momento antes da audiência da FPO ou no dia da audiência. O autor terá que preencher a certificação no formulário *Certification for Dismissal of Victim's Assistance and Survivor Protective Order* (CN13151), disponível no site njcourts.gov e apresentá-la pessoalmente ou pelo sistema JEDS.

Após o envio do formulário haverá uma audiência para perguntar ao autor o motivo da retirada a solicitação. O juiz decidirá se concede ou nega o pedido do autor.

Como as partes se preparam para a audiência da FPO?

Tanto o autor quanto o réu têm que comparecer à audiência final, e têm o direito de levar um advogado. O tribunal não pode oferecer um advogado. Ambas as partes podem trazer testemunhas ou provas para a audiência. As provas podem ser na forma de fotos, mensagens de texto ou vídeo. O tribunal deverá ser contatado antes da audiência para obter instruções sobre como apresentar essas provas.

O que acontece na audiência da FPO?

A audiência da FPO será realizada dentro de 10 dias após a emissão da TPO pelo juiz. Qualquer uma das partes poderá pedir uma prorrogação (adiamento) para contratar um advogado. Na audiência o juiz ouvirá o depoimento do autor e do réu. Se o autor for menor de idade, este poderá ser obrigado a depor na audiência, a critério do juiz. O juiz também ouvirá as testemunhas e considerará as provas apresentadas por ambos os lados. O juiz decidirá se ocorreu um ato sob a VASPA e se deve emitir uma FPO para proteger o autor.

Se o juiz emitir uma FPO, o réu poderá ser proibido de praticar atos futuros sob a VASPA.

O réu poderá ter barrada a entrada na residência, local de trabalho ou escola do autor; ter bloqueada qualquer forma de contato ou comunicação verbal, escrita, pessoal ou eletrônica com o autor ou outros; e proibido de fazer ou causar que qualquer outra pessoa faça comunicações ameaçadoras a você ou a outros. O réu também poderá ser proibido de perseguir, seguir ou de ameaçar de prejudicar, perseguir ou seguir o autor.

Tanto o autor quanto o réu receberão uma cópia da FPO. A divisão de família fornecerá uma cópia ao departamento de polícia local do autor.

E se o réu não comparecer à audiência da FPO?

O juiz poderá emitir uma FPO contra o réu se houver prova de que o réu sabia a data da audiência. Se não houver prova de que o réu foi intimado para a TPO, será marcada uma nova audiência, e a ordem judicial permanecerá em vigor. Se a FPO for emitida, um agente policial intimará o réu com uma cópia da ordem judicial.

E se o réu não cumprir a TPO ou a FPO?

Se o réu descumprir qualquer uma das condições ordenadas pelo juiz na TPO ou FPO, o autor deverá ligar para o departamento de polícia local imediatamente. O réu poderá ser acusado de uma infração penal.

O autor pode extinguir a FPO a qualquer momento?

Qualquer pedido para extinguir (retirar) ou alterar uma ordem protetiva existente deverá ser feito pessoalmente e perante um juiz.

Qualquer contato entre o autor e o réu antes que a ordem protetiva seja extinguida sujeita o réu a processo criminal.

Se a ordem protetiva for extinguida, ainda poderá haver acusações penais pendentes que precisam ser tramitadas separadamente no tribunal municipal ou criminal apropriado.

O réu pode pedir a extinção da FPO?

O réu pode ajuizar uma petição para extinguir a FPO. O pacote de formulários da petição, *How to Ask the Court to Change/Enforce an Order in Your Case or Request Another Related Action in Your Case* (CN10483), está disponível no site njcourts.gov.

A FPO pode ser alterada?

Tanto o autor quanto o réu podem solicitar alteração da FPO. O formulário *How to Enforce or Request a Change on Victim's Assistance and Survivor Final Protection Order (VASPA) or Sexual Assault Survivor's Protection Act Order (SASPA)* (CN13142) está disponível no site njcourts.gov.

A FPO tem prazo de validade?

A FPO permanece em vigor para sempre, a menos que seja extinguida ou anulada pelo juiz.

Há qualquer outra consequência se uma TPO ou FPO é emitida pelo juiz?

Todas as TPOs e FPOs são mantidas em um registro central. Este registro central não está aberto ao público, mas está disponível para autoridades policiais, certas agências públicas, tribunais, gabinete de sucessões e para a Divisão de Proteção e Permanência de Menores de Nova Jersey.